

Índios querem mudar o texto

Representantes de 22 nações indígenas estiveram reunidos ontem pela manhã com lideranças do PMDB no Congresso Nacional, solicitando apoio para que seja suprimido do texto da nova Constituição o artigo 271, que trata da aculturação dos povos indígenas e o parágrafo primeiro do artigo 268, que coloca o índio como incapaz total e sob a permanente tutela da Funai. O tema sobre a questão indígena vai a votação na próxima semana.

Pelo que está sendo proposto no projeto da Constituição, todo índio com algum conhecimento na língua portuguesa ou que se utilize dos conhecimentos e tecnologia dos civilizados devem ser considerados como aculturados, sem direito a proteção do Governo e a posse das terras onde habitam. Por outro lado, o mesmo texto considera os povos indígenas como incapazes de decidir o seu próprio destino, de comercializar a sua produção, necessitando da permanente tutela

^{p. 3} da Funai. Os líderes indígenas consideram estes dois itens uma grande ameaça a sobrevivência dos seus povos, porque reduz a um número ínfimo os índios que terão o direito de ser considerados como tal, já que a grande maioria dos 250 mil silvícolas existentes no país tem contato com a civilização branca de alguma forma.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, ao receber as reivindicações dos povos indígenas se comprometeu de lutar pela revogação destes artigos no texto da futura Constituição, argumentando que o índio não perde o vínculo com a sua cultura e etnia, pelo fato de entrar em contato com outras culturas. Os índios defendem a necessidade de conhecer a língua portuguesa para poderem entender os "caraíbas" (brancos) e defender os próprios direitos, conforme argumentou Enaié Maira, representante das nações indígenas.

JORNAL DE PRAÇA

21 MAI 1988